



By @kakashi_copiador



CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Prof. Antonio Daud



NOÇÕES INICIAIS & CLASSIFICAÇÕES

Controle da Administração Pública: noções preliminares

Controle da Administração Pública: noções preliminares

- ☐ Princ. da Indisponibilidade do Interesse público
- ☐ Princ. da sindicabilidade
- ☐ Mecanismos e Instância de controle

*Poder de fiscalização e correção que sobre ela exercem os órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, com o objetivo de **garantir a conformidade de sua atuação** com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico.*

Di Pietro

Controle da Administração Pública: classificações

Órgão
controlador

administrativo

legislativo

judicial

Aspecto
controlado

legitimidade
ou
legalidade

mérito

Momento

prévio ou
preventivo ou
a priori

concomitante ou
sucessivo

posterior ou
subsequente ou
corretivo ou
a posteriori

Origem

interno

externo

popular

Amplitude

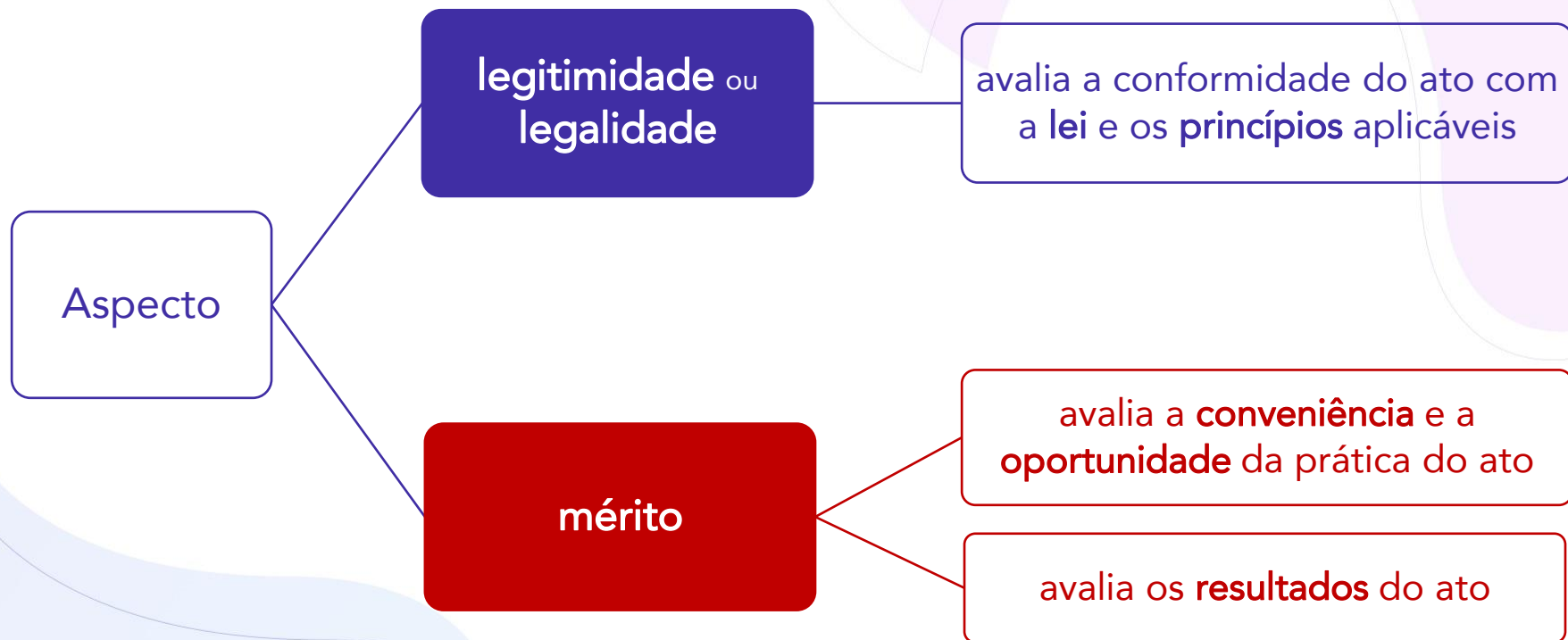
hierárquico

finalístico

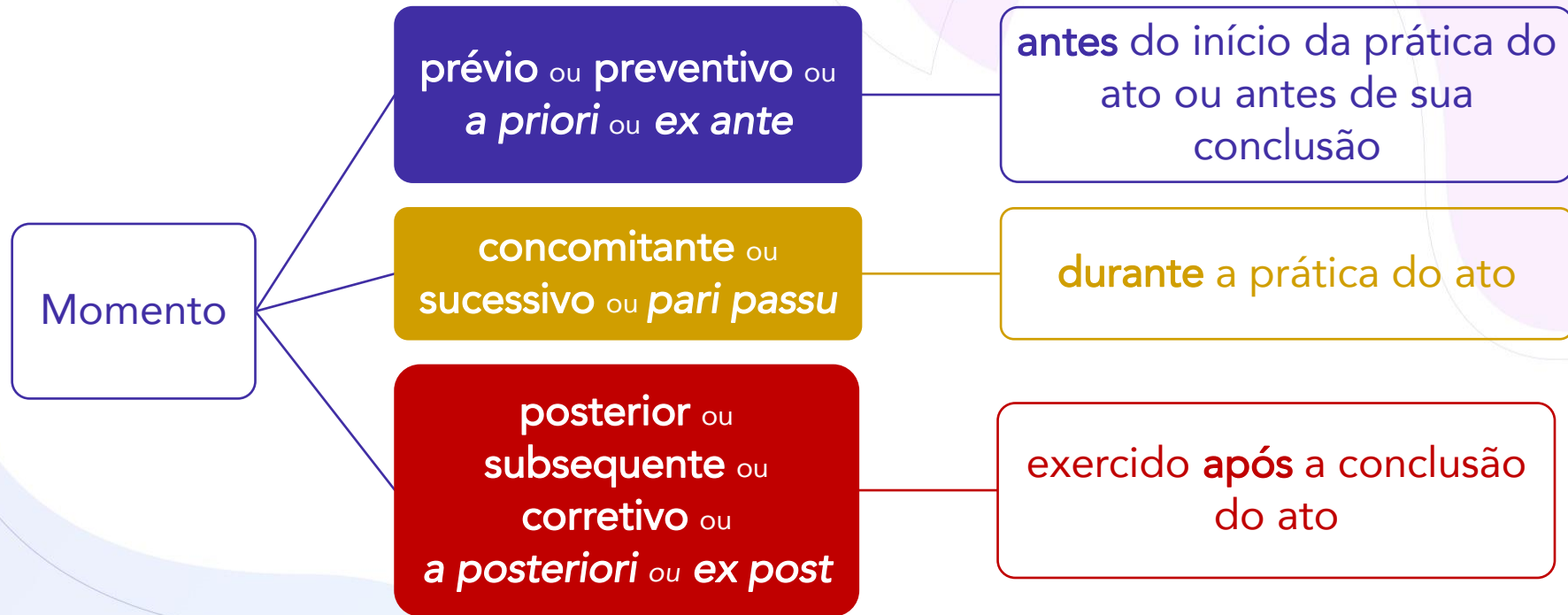
Classificações: quanto ao órgão controlador



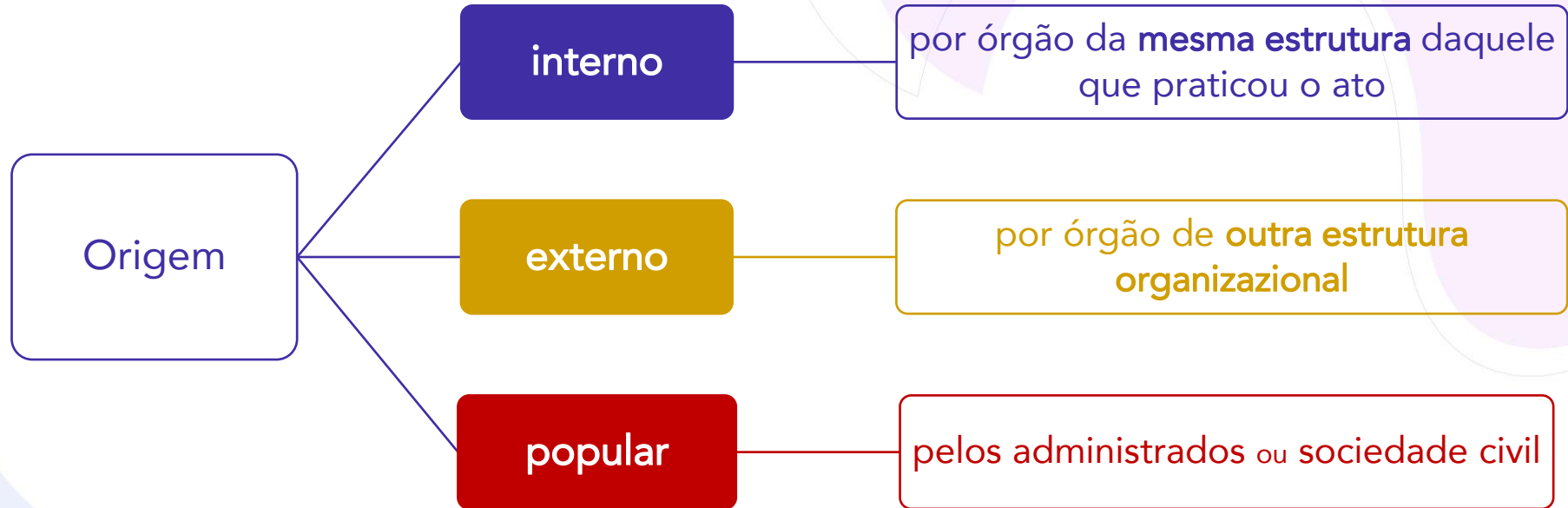
Classificações: quanto ao aspecto controlado



Classificações: quanto ao momento de exercício

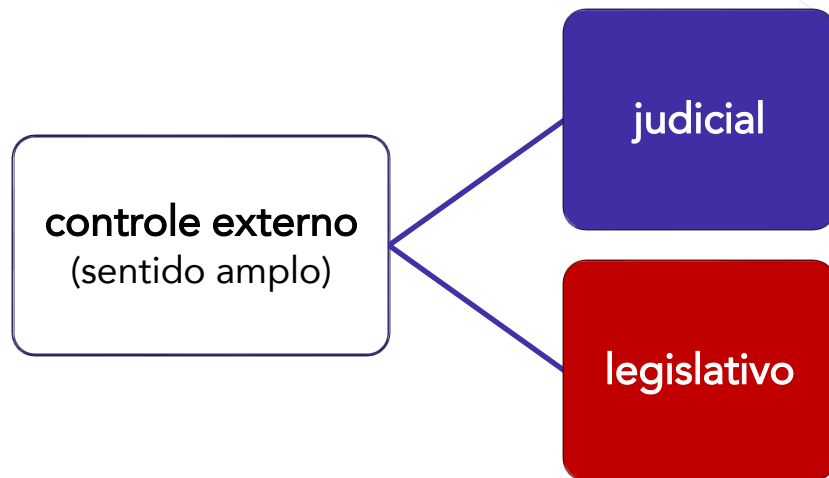


Classificações: quanto à origem



Supervisão ministerial: interno, exterior ou externo?

Detalhando o controle externo...



Questão para fixação

Conforme a classificação das formas de controle administrativo, ao realizar auditoria de despesas efetuadas pelo Poder Executivo durante a execução do orçamento, o tribunal de contas exerce controle

- a) externo e posterior.
- b) interno e prévio.
- c) interno e concomitante.
- d) interno e posterior.
- e) externo e concomitante.

Questão para fixação

O controle interno é exercido pela administração pública sobre seus próprios atos e sobre as atividades de seus órgãos e das entidades descentralizadas a ela vinculadas.

Classificações: quanto à amplitude



Questão para fixação

Considere:

I. Convocação de Ministro de Estado por Comissão do Senado Federal para prestar, pessoalmente, informações sobre o tema da demarcação de terras indígenas.

II. Controle administrativo sobre órgãos da Administração Direta.

Acerca do Controle da Administração pública, os itens I e II correspondem, respectivamente, a controle

a) legislativo de natureza política e controle administrativo interno decorrente do poder de tutela da Administração pública.

b) legislativo de natureza política e controle administrativo interno decorrente do poder de autotutela da Administração pública.

c) administrativo de natureza política e controle administrativo interno decorrente do poder de tutela da Administração pública.

d) legislativo de natureza financeira e controle administrativo externo decorrente do poder de autotutela da Administração pública.

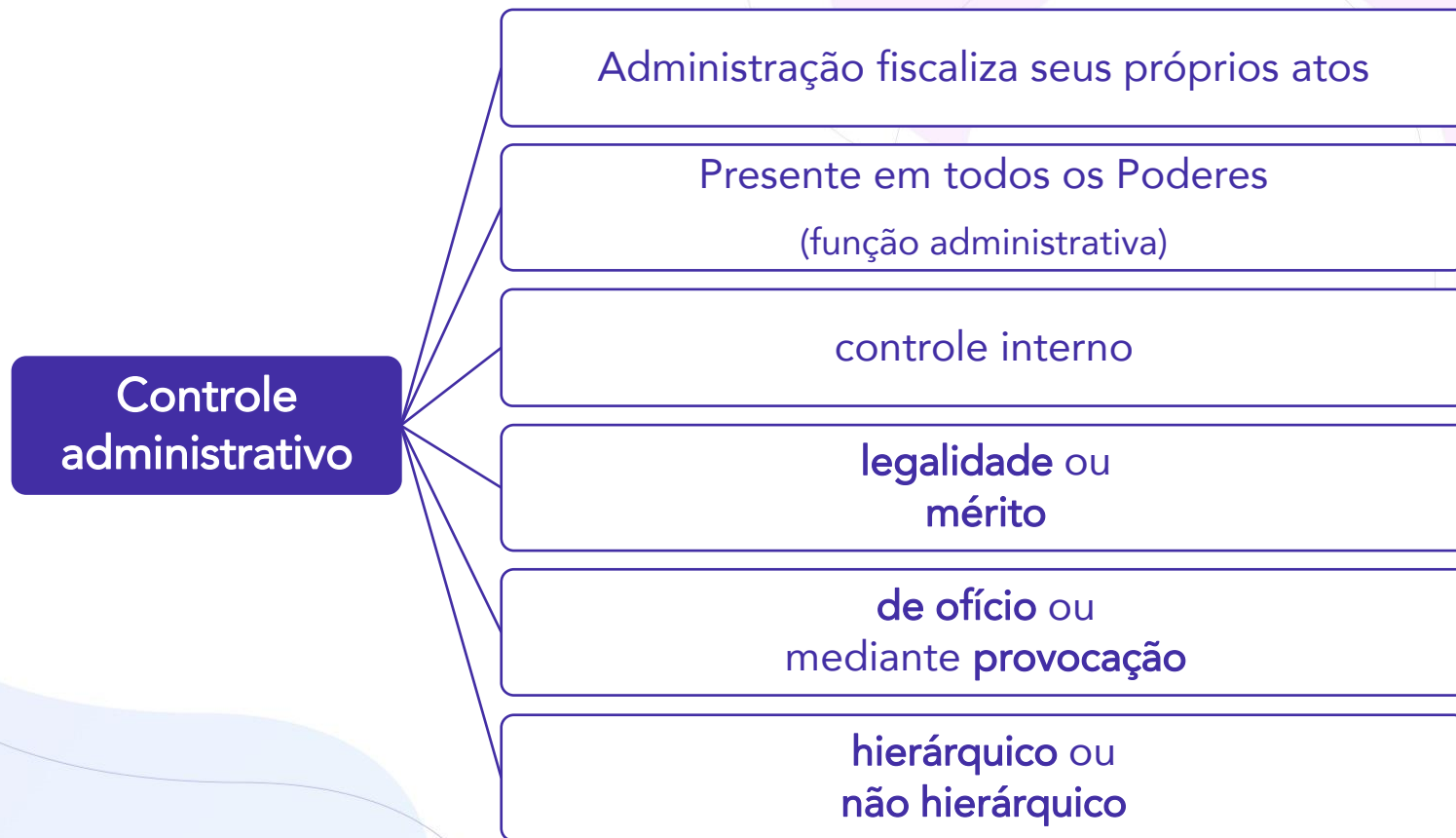
e) administrativo de natureza política e controle administrativo externo decorrente do poder de tutela da Administração pública.

Questão para fixação

O poder de fiscalização que a Secretaria de Estado de Educação do DF exerce sobre fundação a ela vinculada configura controle administrativo por subordinação



CONTROLE ADMINISTRATIVO



Controle Administrativo: instrumentos



Questão para fixação

O controle administrativo é exercido apenas por iniciativa da própria administração, para o fim de confirmar, rever ou alterar condutas internas

Questão para fixação

O direito de petição é um dos instrumentos de realização do controle judicial

Questão para fixação

No controle administrativo, o meio utilizado para se expressar oposição a atos da administração que afetam direitos ou interesses legítimos do interessado é denominado

- a) fiscalização hierárquica.
- b) pedido de reconsideração.
- c) reclamação.
- d) recurso administrativo.
- e) representação.

CF, art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, **sistema de controle interno** com a finalidade de:

I - **avaliar o cumprimento das metas** previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - **comprovar a legalidade e avaliar os resultados**, quanto à eficácia e eficiência, da **gestão** orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o **controle das operações de crédito**, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - **apoiar o controle externo** no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de **responsabilidade solidária**.

"Controle Externo"

- titular = Legislativo
- 1 para todos os Poderes
- auxílio dos TCs

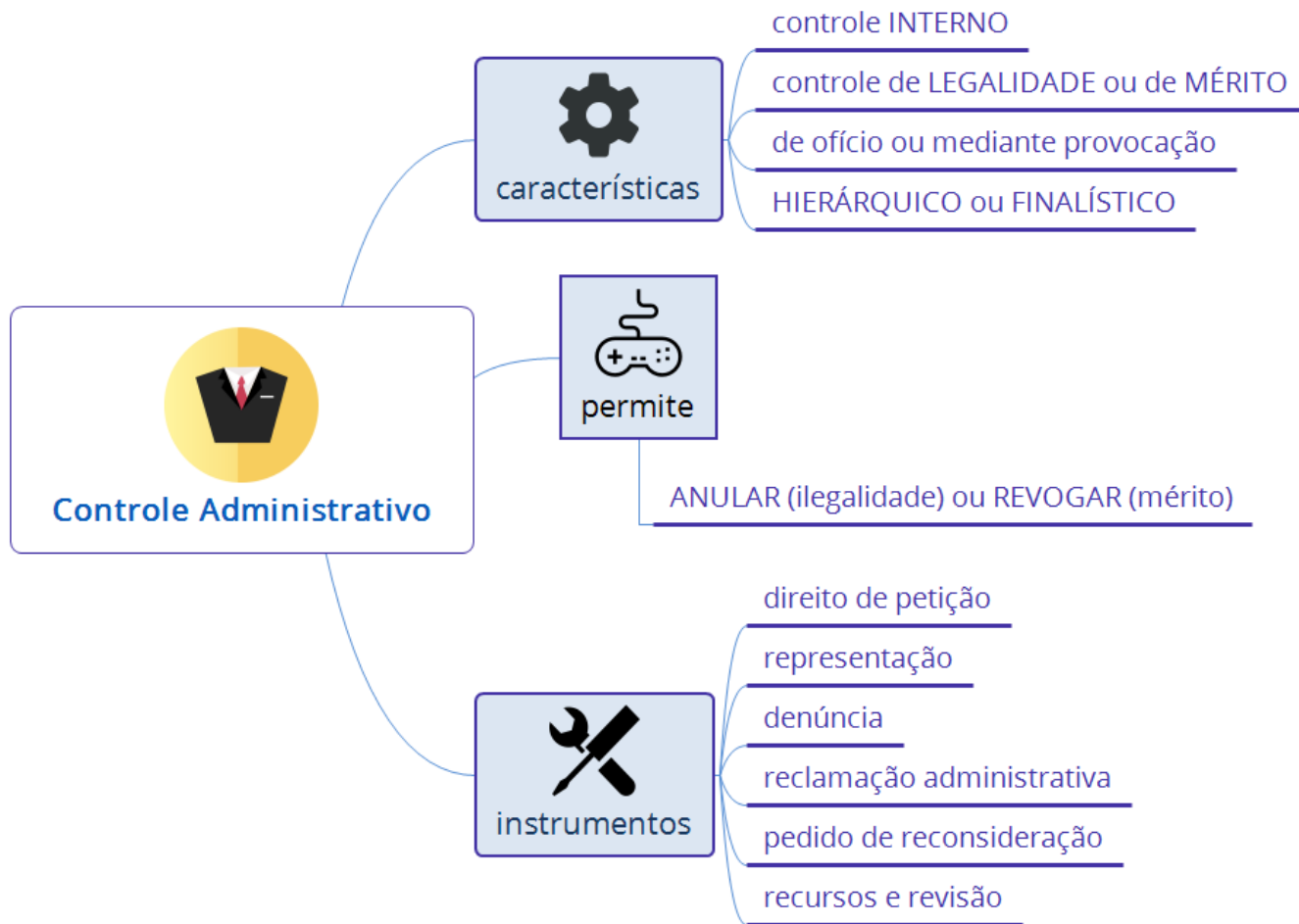
**Não existe
hierarquia!**

Controle Interno

- 1 sistema para cada Poder
- atuação integrada
- reporta irregularidade ao Controle Externo (respon. solidária)

Questão para fixação

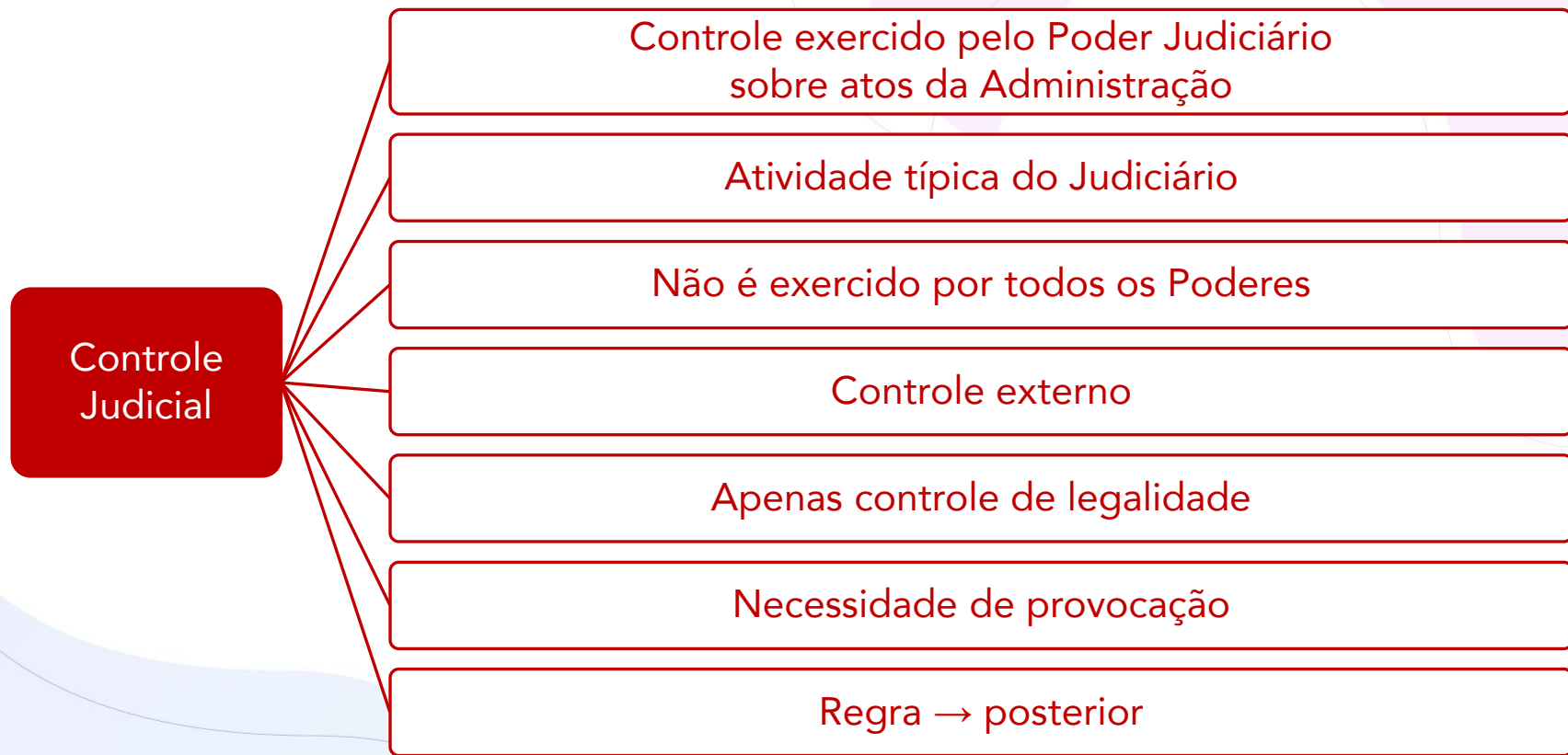
Os responsáveis pelo controle interno devem comunicar irregularidades ao Tribunal de Contas sob pena de responsabilidade solidária.





CONTROLE JUDICIAL

CF, art. 5º, XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;



Controle Administrativo

De **ofício** ou mediante
provocação

Controle de **legalidade** ou
controle de **mérito**

Pode resultar na **anulação** ou
revogação de atos

Controle Judicial

Apenas mediante **provocação**

Apenas **controle de legalidade**
(de atos vinculados ou
discricionários)

Pode resultar somente na
anulação de atos

Questão para fixação

O Poder Judiciário não pode realizar controle externo, já que o Brasil adotou o sistema da jurisdição una, em que, paralelamente ao Poder Judiciário, atuam os órgãos do contencioso administrativo fiscal que exercem, como aquele, função jurisdicional sobre lides de que a administração pública seja parte interessada

Questão para fixação

Não se admite o controle judicial dos atos discricionários

Questão para fixação

O controle externo pode ser exercido pelo Poder Judiciário, que também desempenha relevante papel no controle das manifestações do poder de polícia praticadas pela Administração pública, ainda que se possa afirmar remanescer um núcleo discricionário, pertinente ao mérito do ato administrativo, cujos critérios de conveniência e oportunidade não possam ser revistos por aquele Poder.

Controle Judicial: instrumentos

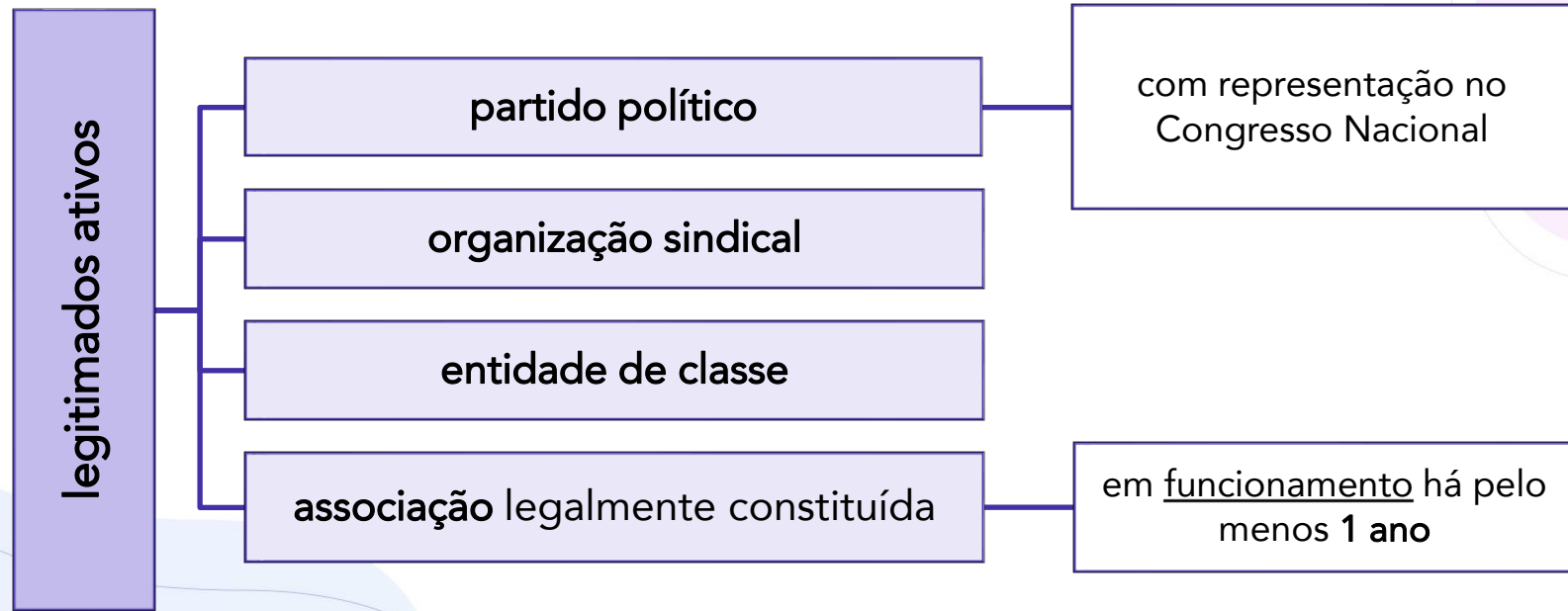
- ☐ Mandado de Segurança
- ☐ Ação Popular
- ☐ Ação Civil Pública
- ☐ Mandado de Injunção
- ☐ *Habeas Data*
- ☐ ...

Mandado de Segurança

- ☐ Proteção de **direito líquido e certo**, não amparado por HC ou HD
- ☐ **Ação** ou **omissão** do poder público
- ☐ **Lesão** ou **ameaça** a lesão
 - ☐ MS repressivo vs. MS preventivo
- ☐ Responsável pela ilegalidade ou abuso de poder é:
 - ☐ **autoridade pública** ou
 - ☐ **particular** no exercício de função pública
- ☐ Provas já constam da petição inicial
 - ☐ Exceto: documentos em repartições públicas
- ☐ Natureza **cível**
- ☐ Sentença tem **caráter mandamental** ≠ caráter punitivo
- ☐ Prazo = 120 dias, da **ciência** do ato impugnado por parte do interessado

Mandado de Segurança coletivo

- ❑ Proteção de **direito líquido e certo** de **grupo, categoria ou classe**



CF, art. 5º, LXXIII - qualquer **cidadão** é parte legítima para propor **ação popular** que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, (..)

☐ Legitimado = qualquer cidadão

☐ Objetivos:

- 1) Desconstituir o ato lesivo
- 2) Condenação do responsável

CF, art. 129, III - promover o inquérito civil e a **ação civil pública**, para a proteção do **patrimônio público e social**, do **meio ambiente** e de outros **interesses difusos e coletivos**;

❑ **Natureza mandamental ou condenatória**



Controle Judicial: Mandado de Injunção

CF, art. 5º, LXXI - conceder-se-á **mandado de injunção** sempre que a **falta de norma regulamentadora** torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

Controle Judicial: Habeas Data

CF, art. 5º, LXXII - conceder-se-á **habeas data**:

- a) para assegurar o **conhecimento de informações** relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a **retificação de dados**, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Questão para fixação

De acordo com o Controle Judicial da Administração Pública, o prazo para impetrar o mandado de segurança é de

- a) 120 dias, contados após o conhecimento do ato a ser impugnado.
- b) 90 dias, contados após o conhecimento do ato a ser impugnado.
- c) 120 dias, contados após o julgamento do recurso.
- d) 60 dias, contados após o conhecimento do ato a ser impugnado.
- e) 60 dias, contados após o julgamento do recurso.

Questão para fixação

Quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á mandado de segurança coletivo

Questão para fixação

O controle judicial da administração poderá ser realizado por meio do instrumento denominado

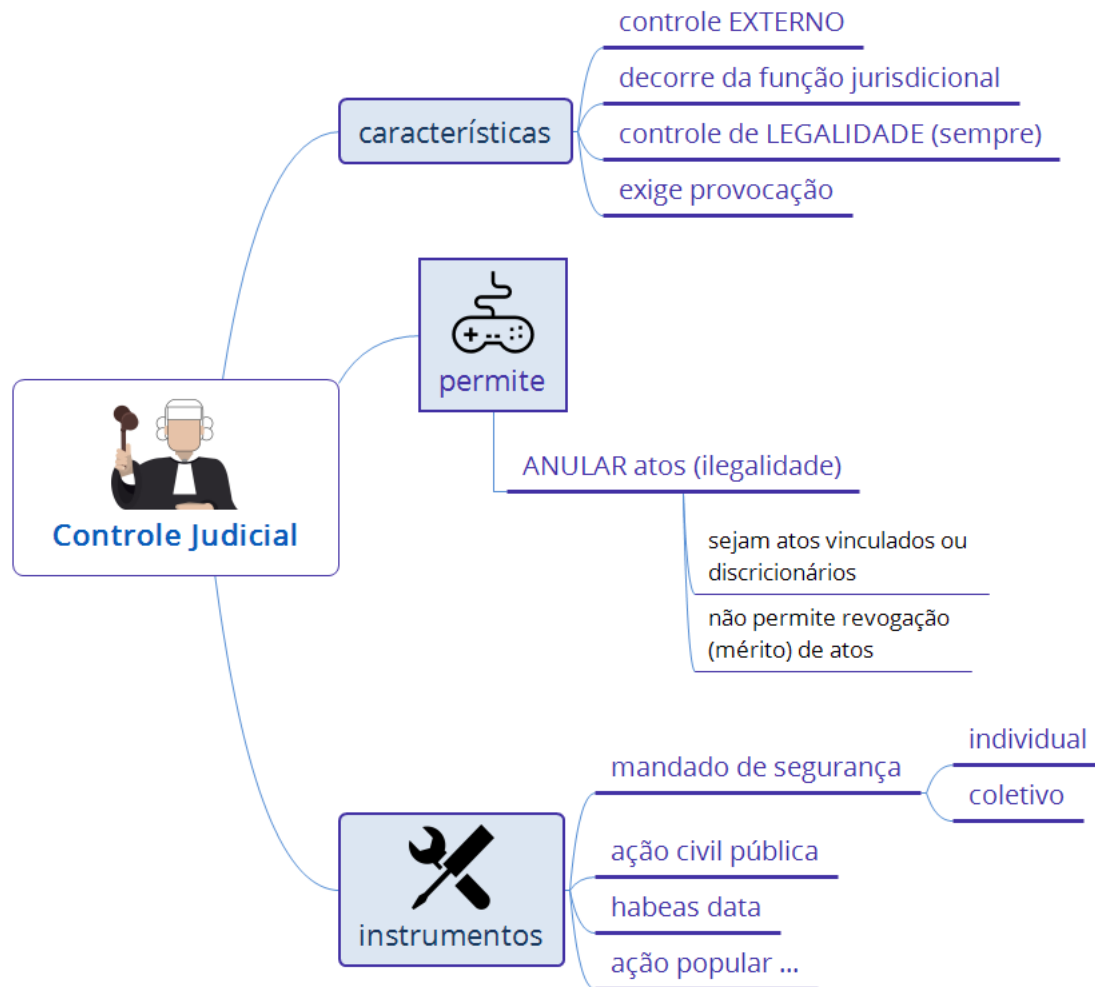
- a) habeas data.
- b) pedido de reconsideração administrativo.
- c) pedido de revisão.
- d) direito de petição.

Questão para fixação

A ação popular pode ser interposta por qualquer pessoa física ou jurídica para a proteção do patrimônio público e da moralidade administrativa

Questão para fixação

A ação civil pública pode ser ajuizada por qualquer cidadão e se destina à tutela dos direitos individuais e coletivos, desde que de comprovação líquida e certa



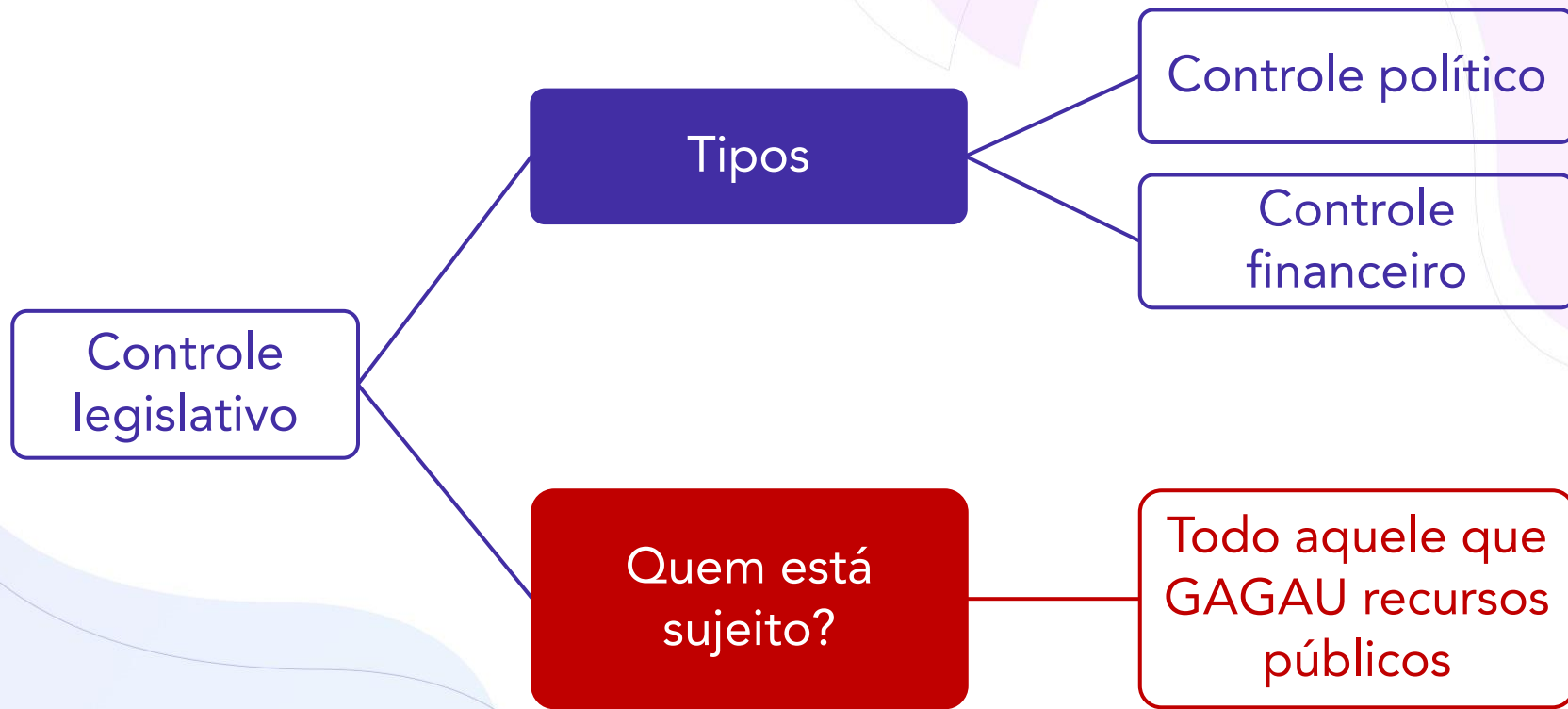


CONTROLE LEGISLATIVO ou PARLAMENTAR

Controle Legislativo ou Parlamentar

- ☐ Exercido pelo **Poder Legislativo** sobre a atuação administrativa
- ☐ “Controle Externo”
- ☐ Matéria constitucional

Controle Legislativo ou Parlamentar



Controle Legislativo ou Parlamentar



CF, art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante **controle externo**, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

(..)

Art. 71. O **controle externo**, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o **auxílio do Tribunal de Contas** da União, ao qual compete:

Questão para fixação

Cabe ao Poder Legislativo o poder-dever de controle financeiro das atividades do Poder Executivo, o que implica a competência daquele para apreciar o mérito do ato administrativo sob o aspecto da economicidade.

A) Controle Parlamentar Direto

congresso nacional

fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta

sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar

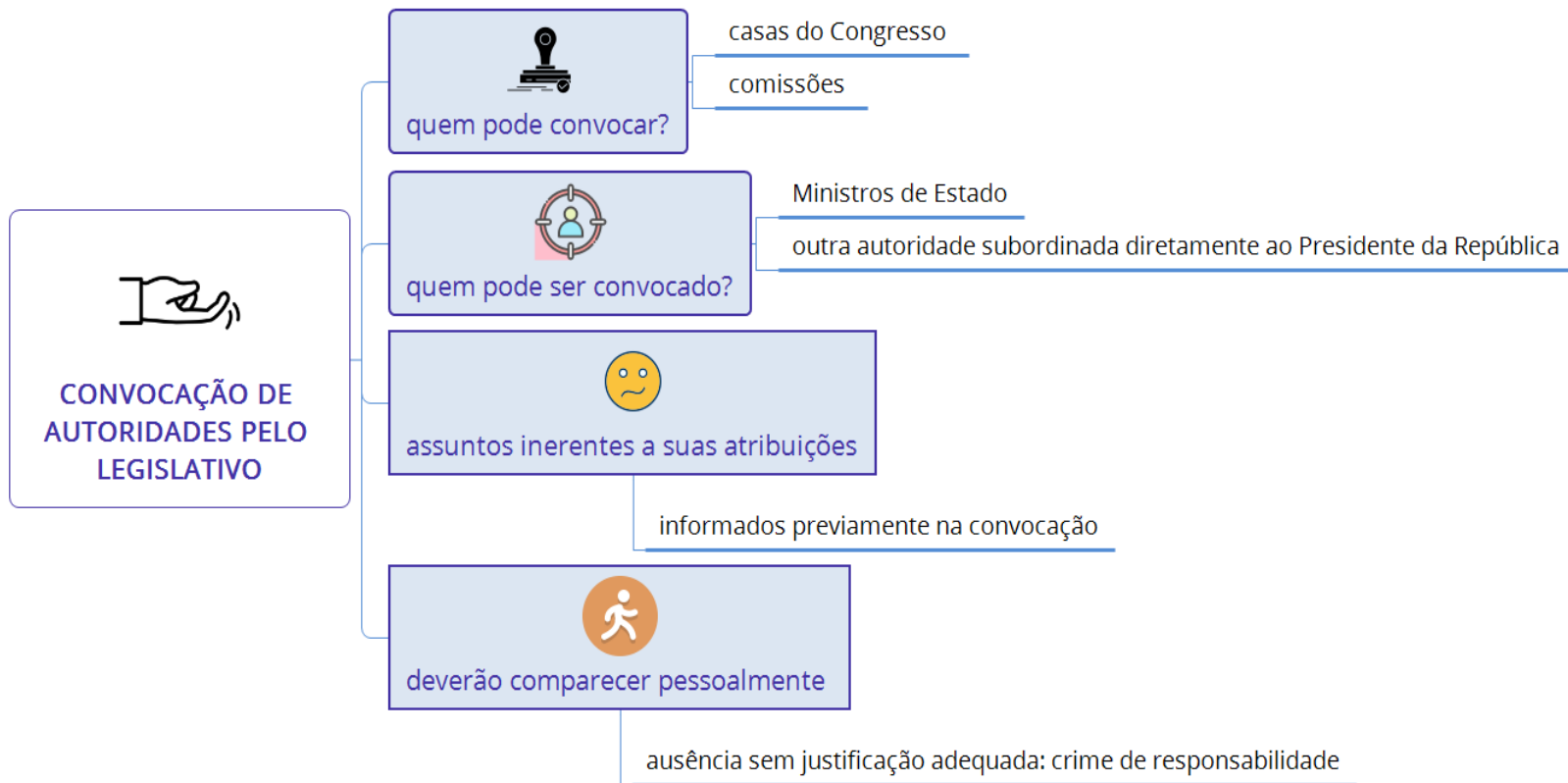
sustar contratos que apresentem ilegalidade

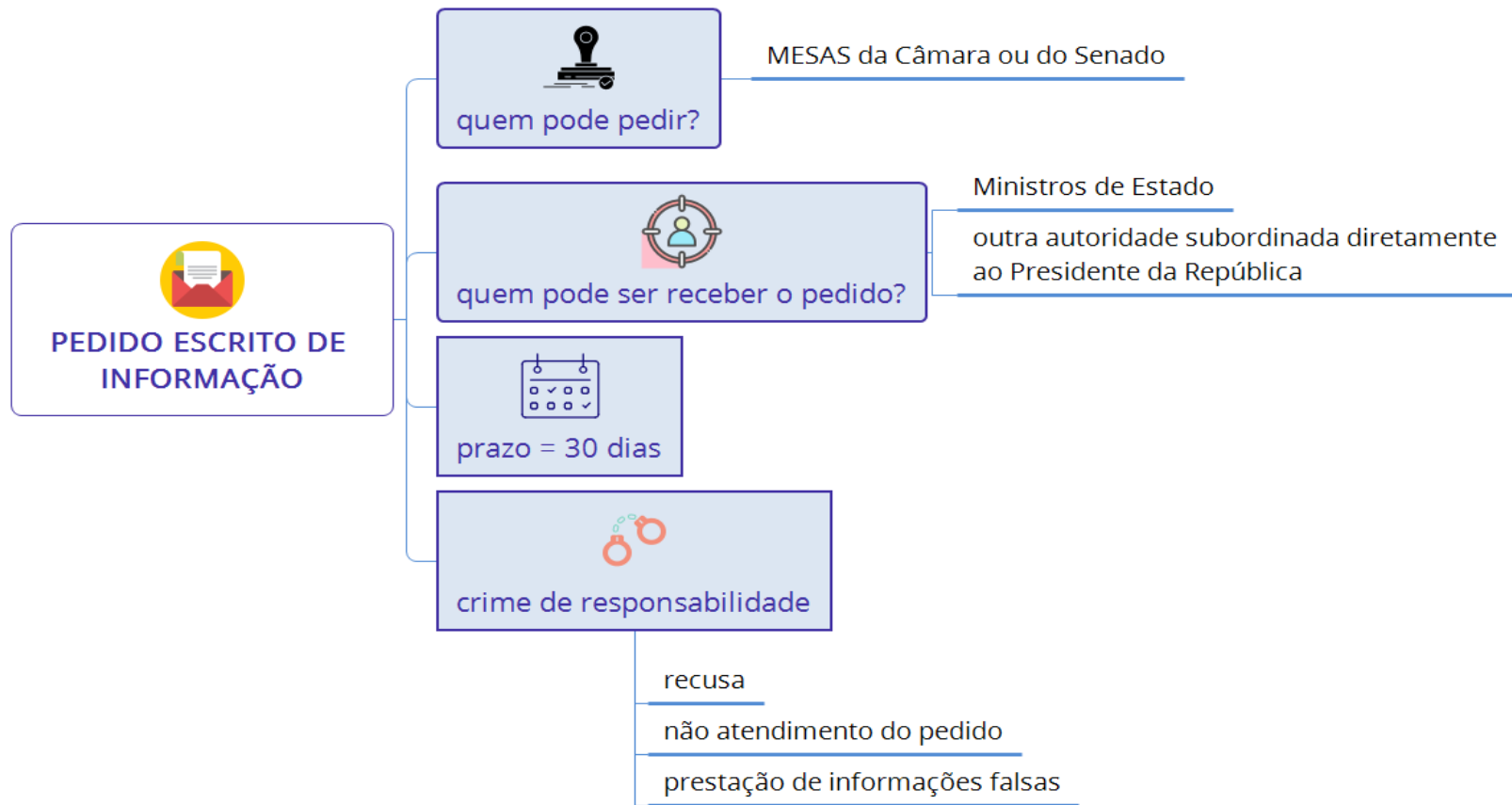
julgar as contas prestadas pelo Presidente da República

+ competências específicas do SF, CD, CPIs....

Questão para fixação

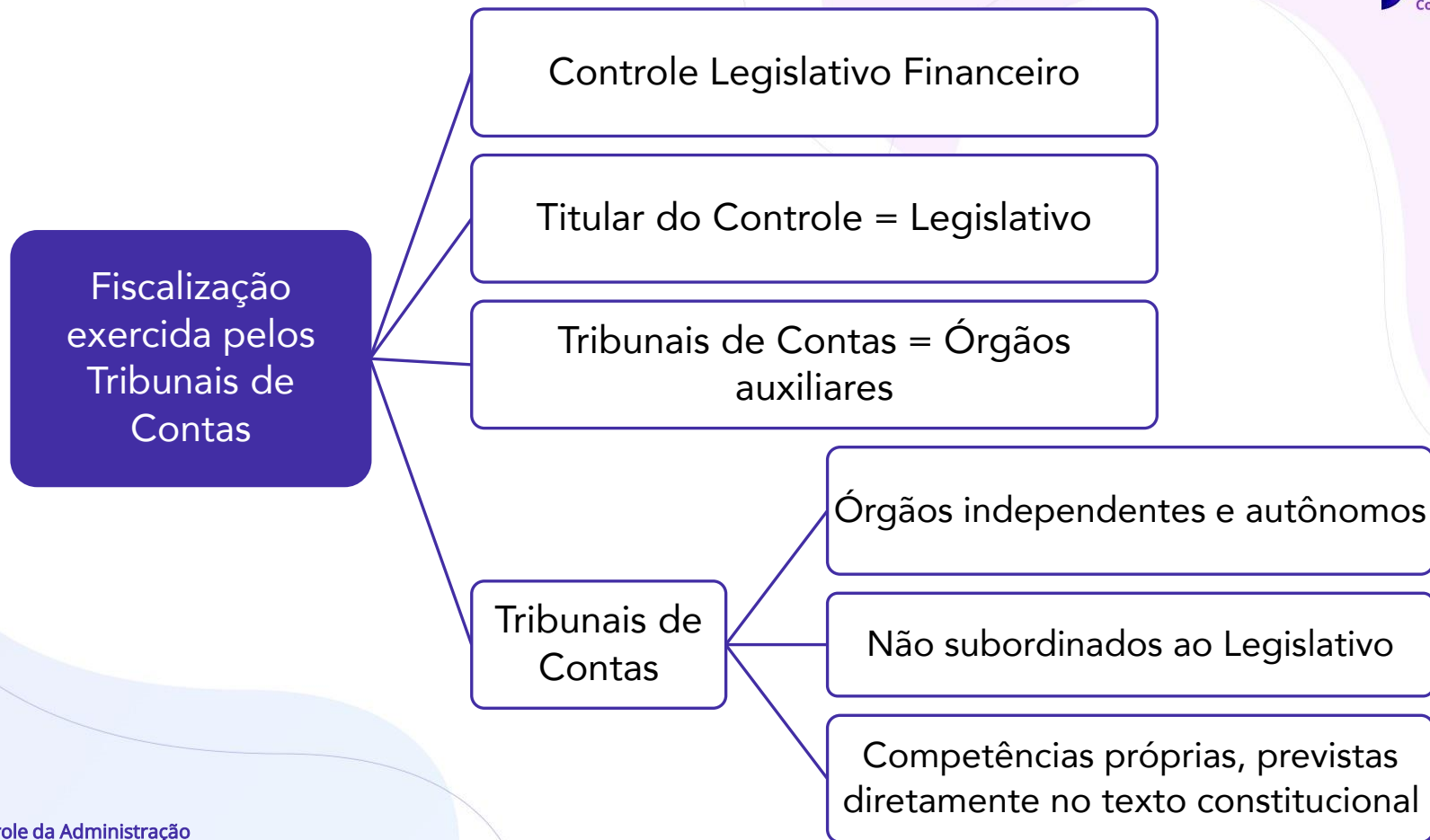
Cabe ao Poder Legislativo a palavra final sobre as contas do Chefe do Executivo e não ao Tribunal de Contas.





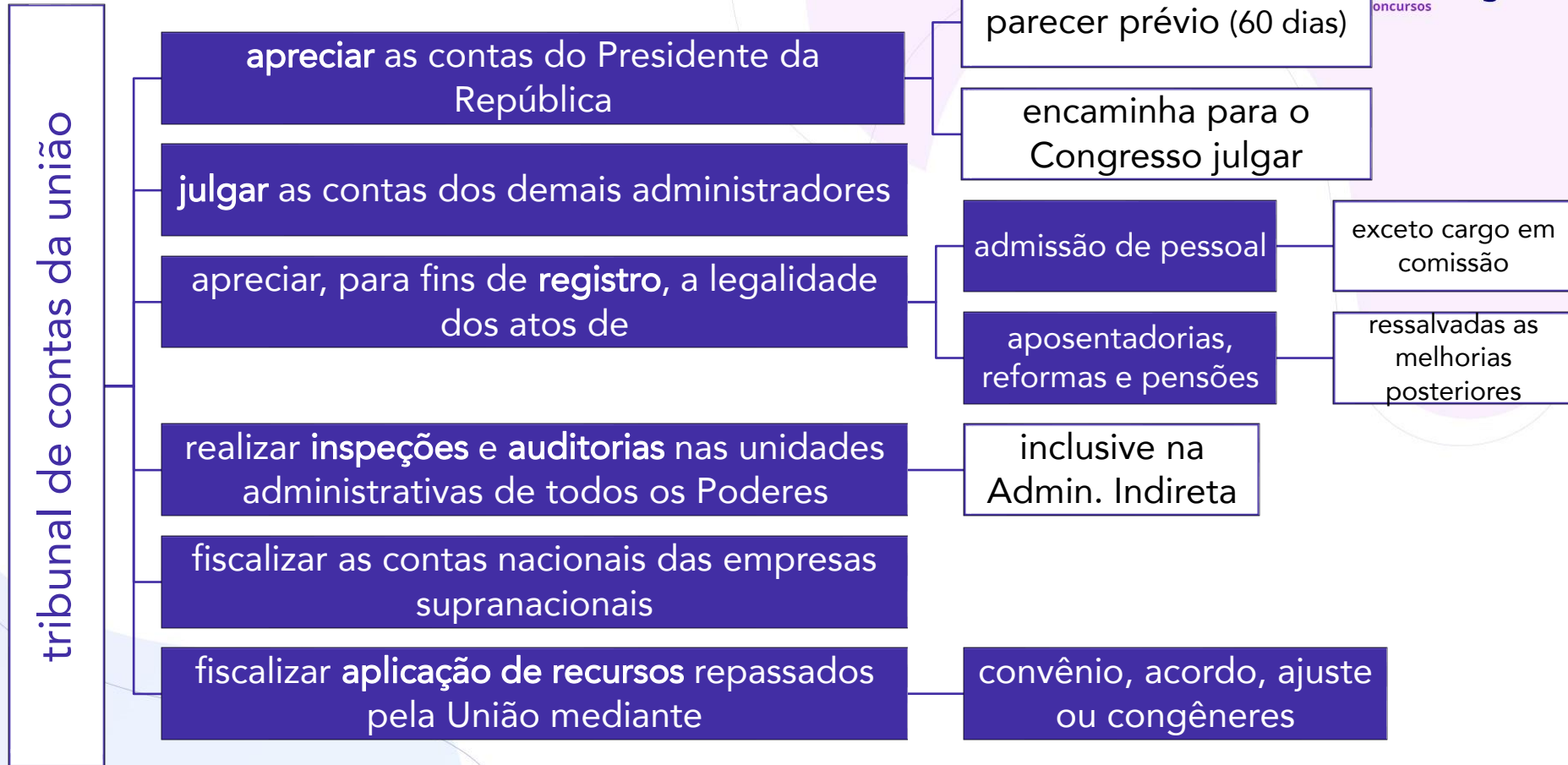


CONTROLE PARLAMENTAR INDIRETO



Questão para fixação

A função fiscalizatória exercida pelos tribunais de contas dos estados constitui uma expressão de controle do Poder Legislativo sobre os atos da administração pública.



tribunal de contas da união

prestar informações solicitadas pelo Congresso Nacional, suas Casas ou Comissões

aplicar sanções previstas em lei

inclusive multa proporcional ao dano ao erário

assinar prazo para adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei

se não atendido, **sustar** a execução do **ato** ilegal

representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados

Questão para fixação

As contas de toda e qualquer entidade da administração indireta, independentemente de seu objeto e de sua forma jurídica, estão sujeitas ao julgamento do tribunal de contas, inclusive ao procedimento de tomada de contas especial, aplicável a quem deu causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

Questão para fixação

O controle da administração pública pelos tribunais de contas compreende, para fins de registro, a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, salvo os de nomeações para os cargos em comissão, bem como os atos de concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

Questão para fixação

O controle externo é exercido mediante provocação, ao passo que o controle interno é exercido apenas por iniciativa própria

Questão para fixação

Cabe ao TCU fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, excetuados aqueles repassados mediante convênio

Questão para fixação

Cabe ao TCU emitir parecer prévio a respeito das contas atinentes ao Poder Legislativo, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público

Questão para fixação

O controle da administração pública pelos tribunais de contas alcança os órgãos integrantes da administração direta, exceto aqueles que executam atividades meio do Poder Legislativo e do Judiciário

Questão para fixação

Os contratos celebrados pela Administração pública municipal estão sujeitos a controle, não só interno, mas também externo. Dentre as possibilidades deste controle destaca-se o controle exercido

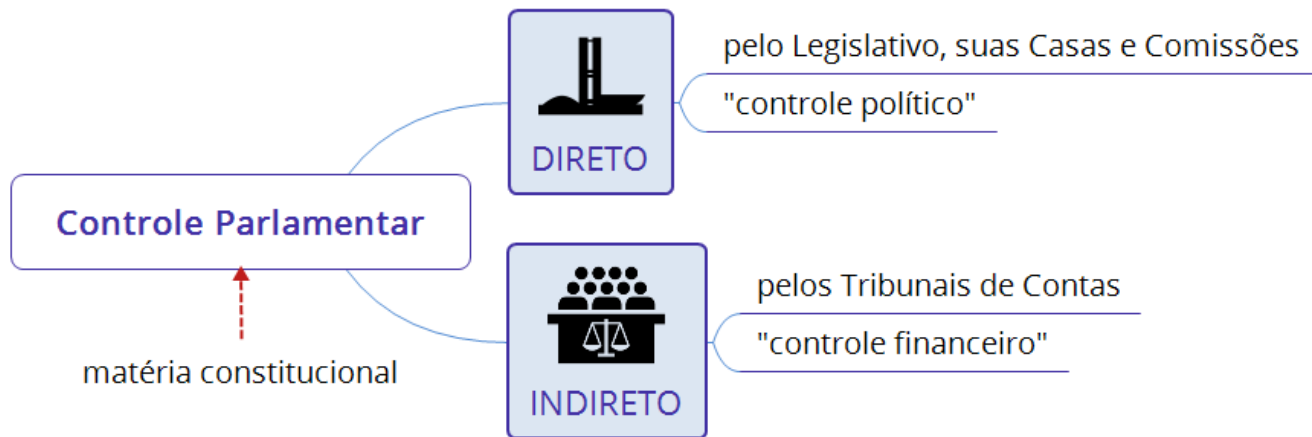
a) pelos Tribunais de Contas, que podem ingressar no mérito dos atos e contratos, como medida de exame de economicidade, bem como exercer competências sancionatórias e corretivas, desta sendo exemplo a sustação de ato impugnado, ainda que seja necessária posterior comunicação ao Legislativo.

b) pelos Tribunais de Contas, desde que caracterizada a natureza de contrato administrativo nos quais a Administração pública exerça prerrogativas típicas das cláusulas exorbitantes, para que se evidencie eventual desatendimento aos princípios da economicidade, legalidade e isonomia

c) pelo Poder Judiciário, na qualidade de verificação superior dos critérios de legalidade e economicidade ou como instância revisora das decisões proferidas pelas Cortes de contas

d) pelo Poder Legislativo, com auxílio dos Tribunais de Contas, aos quais compete a sustação da execução de atos e contratos cuja irregularidade ou ilegalidade não tenha sido sanada pela Administração pública

e) pela Administração pública central em relação aos contratos celebrados pelos entes integrantes da Administração indireta, podendo, nos casos de ilegalidade não sanada pelo ente, determinar a sustação da execução do ajuste





Controle Parlamentar



Congresso Nacional (CN)

fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta
sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar
sustar CONTRATOS que apresentem ilegalidade

TCU só susta contrato se CN não sustar em 90 dias

JULGAR as contas prestadas pelo Presidente da República

titular do Controle Externo



órgão AUXILIAR do CN (assessoramento técnico)

não é subordinado

APRECIAR as contas do Presidente da República

parecer prévio (60 dias)

encaminha para o CN JULGAR

JULGAR as contas dos DEMAIS administradores

apreciar, para fins de REGISTRO, a legalidade dos atos de

admissão de pessoal (exceto cargo em comissão)

aposentadorias, reformas e pensões

realizar inspeções e auditorias nas unidades administrativas de todos os Poderes

fiscalizar aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio

aplicar sanções previstas em lei

decisões de multa e débito: tit. executivo extrajudicial

assinar prazo para adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei

se não atendido: sustar a execução de ATO ato ilegal



OBRIGADO